

## Constituinte não muda os costumes políticos

**LUIZ CARLOS LISBOA**

As informações são da Câmara Federal. A média de comparecimento às quase 20 sessões legislativas (com ordem do dia) realizadas neste ano foi de 254 deputados, número pouco acima do mínimo permitido para a aprovação de projetos pela casa. Mas isso não passa de uma pequena fraude, parte da bondosa fantasia paternalista encenada pela Mesa da Câmara. Na verdade, nesse período somente duas proposições foram votadas, ambas autorizando viagens de deputados ao Exterior, devidamente aprovadas pelo voto simbólico das lideranças, na falta de parlamentares. Na pauta, informa a imprensa mais atenta, há pouco mais de 160 projetos aguardando vez ou alguma coisa como o "esforço concentrado" que o sentimento de culpa às vezes faz funcionar. A diária média de comparecimento à Câmara, tal como a vida política no Brasil, é uma forma de ficção que seria deliciosa e instigante se o cenário não fosse aquele em que somos obrigados a viver, e os personagens fossem outros que não alguns picaros que o País sustenta com o nosso Imposto de Renda.

Na Câmara, o líder do PMDB, Pimenta da Veiga, está desanimado, de tentar um entendimento em torno das mudanças na lei eleitoral, e por isso não compareceu à reunião de líderes da última quinta-feira, adiando uma vez mais qualquer decisão. Seu desânimo prende-se à pulverização de opiniões entre deputados, no coração dos partidos. No Senado, de onde o projeto é originário, está prevista uma votação em regime de urgência, logo na segunda-feira, sobre temas tão urgentes quanto coligações partidárias, propaganda obrigatória em período eleitoral e número de vagas para os candidatos. Detalhes dessas questões importantes, descuidadas pelos que deviam estar muito preocupados com elas, são encontrados diariamente nos jornais e na TV, mas o que essa desídia significa é algo de que não podemos descuidar também, porque está sempre mais próximo o dia de eleger um Congresso que vai votar uma nova Constituição. É essencial compreender que milagre algum pode acontecer até 15 de novembro próximo, ou mesmo nos tempos de trabalho que virão depois. Os futuros autores da Constituição, que ao menos teoricamente vai reger os destinos do Brasil dos nossos filhos e netos, são de algum modo esses mesmos homens que recebem jeton para não comparecer às sessões legislativas. Nossa esperança é que com a prática da democracia, e com a liberdade de crítica que eles não amam, suas cabeças estejam amadurecendo lentamente, ou os olhos de seus eleitores estejam se abrindo devidamente.

Os partidos estão divididos em dois grandes blocos, na discussão inacabada da regulamentação do pleito de novembro. De uma banda ficaram os dois grandes partidos, o PMDB e o PFL, de outra a miúçalha do PTB, PDT, PT e PC's. A luta dos pequenos é pela sobrevivência, enquanto a dos poderosos é pela hegemonia. Comunistas e peelistas têm linhas ideológicas identificáveis e os demais são "frentes" sem programa verdadeiro, na medida em que qualquer punhado de homens tende a ser uma colcha de retalhos. As princi-

pais questões discutidas nos últimos dias foram as coligações partidárias e o espaço na TV para propaganda gratuita. Seis horas de debates não conseguiram levar a parte alguma, como é da tradição política nacional, mas ficou outra vez evidente que as nossas agremiações não têm metas nem interesses maiores, exceto qualquer parcela de poder, pelas óbvias vantagens que proporciona. As questões momentosas dos dois turnos para eleição de governador, das sublegendas e dos candidatos natos, foram adiadas porque não se chegou a um acordo a seu respeito. Os individualismos estavam soltos, a retórica parecia exaltada, as preocupações pequenas fervilhavam e as lideranças se desentendiam.

Um impasse final será desastroso, mas é pouco provável que ele ocorra. Alguma coisa há de ser conseguida nas próximas horas, mas o problema não é só esse: até quando o exercício da política vai ser tarefa exclusiva de habilidosos, neste país? Por que os personalismos continuam sendo considerados inevitáveis na vida pública? Por que diabo os horários de TV entregues às agremiações políticas para a divulgação de seu programa são irremediavelmente transformados em happenings de mau gosto, em que se cruzam exibicionismo e insipidez? Não é nem preciso que se faça uma sondagem de opinião para ficar provada a profunda repulsa que a vida política desperta no homem comum, de todas as classes e de todos os níveis sócio-culturais, no Brasil. Que os ingênuos e prejudicados protestem, imaginando campanhas da imprensa ou desejo de intrigar o Congresso com o povo: mais cedo ou mais tarde vai ser preciso atestar o fato notório de que, neste país, representantes e representados políticos pouco têm em comum além do voto (obrigatório), ressalvadas as exceções que todos conhecem.

Nesta semana, o presidente em exercício do PMDB, senador Pedro Simon, lembrou que a Constituinte é mais importante que os partidos e o governo. "A Constituinte deve merecer mais atenção que o próprio PMDB", diz ele, "porque é nela que os partidos vão consolidar-se na sua essência, uma vez que cada um dos seus integrantes vai ter de definir-se em questões polêmicas como a reforma agrária e a distribuição de renda". É reconfortante a fé do senador na capacidade de remissão do político nacional, mas acreditar que os partidos vão ser agora o que nunca foram, por obra e graça da Constituinte, é bondade demais de sua parte. Outras constituições foram feitas neste país, partidos nasceram e morreram ao longo da República, a liberdade foi ganha e perdida, e depois recuperada, mas tudo o que mudou de fato foi o vocabulário dos políticos, que antes era muito mais formal e até desagradavelmente empolado, e hoje é francamente desintido, a ponto de às vezes parecer dissonante. A Constituinte não vai provavelmente mudar nada, mas outros dados vão interferir na questão. E o que pode atuar a favor das mudanças com que todos sonhamos é a crítica, a denúncia, o relato das coisas que precisam ser mudadas e que é preciso não aceitar como naturais ou inevitáveis.